

• Política

MANDATO

Quércia trabalha pelos 6 anos, mas cobra medidas econômicas

por Andrew Greenlees
 de São Paulo

Antes que o PMDB abra a discussão definitiva sobre a duração do mandato do presidente José Sarney, o governador de São Paulo, Orestes Quércia, pretende ter montado um forte movimento interno no partido em favor dos seis anos. O apoio a este projeto, na visão do Palácio dos Bandeirantes, será armado sobre três bases: além de São Paulo, estão dispostos a participar os governadores de Minas, Newton Cardoso, e do Rio, Moreira Franco.



Orestes Quércia

Quércia pretende convidar seus dois colegas para uma reunião, provavelmente na próxima semana. A idéia é estabelecer um acordo entre os três governadores, todos muito influentes junto às respectivas bancadas federais do partido. Com esse poder de fogo garantido, o passo seguinte será apresentar ao partido (e conseguir aprovar) a tese dos seis anos.

"O partido deve decidir como um todo", disse ontem o governador paulista, depois de reafirmar sua disposição de "acelerar uma definição". Quércia também quer que o PMDB assumira o mais rápido possível uma posição sobre

a forma de governo, parlamentarismo ou presidencialismo.

Quércia assegurou que a iniciativa não deve ser confundida com uma "frente", além de desmentir qualquer intenção em discutir o mandato com Cardoso e Moreira Franco. Na verdade, o governador paulista evita dar, por enquanto, maior relevo a uma questão que confronta diretamente com os projetos do presidente nacional do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, defensor dos quatro anos, mas que já fala sobre a possibilidade de cinco.

Assessores do governa-

O apoio de Minas

"O apoio de Minas Gerais ao presidente José Sarney é incondicional", disse ontem o governador Newton Cardoso ao embarcar para o Rio de Janeiro, onde foi visitar Roseana Sarney, filha do presidente, que se recupera de uma cirurgia. Cardoso evitou uma crítica direta à decisão da executiva do PMDB, que manifestou seu apoio à continuidade da moratória, mas não quis apoiar a política econômica do governo, sem antes ter conhecimento das medidas a serem apresentadas pelo ministro da

Fazenda, Dilson Funaro. Disse apenas que "ninguém pode apoiar alguém com condições".

O governador de Minas, segundo Agência Globo, concordou com seu partido, porém quando ele respalda o governo na manutenção da moratória até as últimas consequências. Para ele, o presidente José Sarney terá que ampliar os prazos de suspensão do pagamento do serviço da dívida até que os credores internacionais decidam novos recursos para o País.

dor paulista apontam a solução dos seis anos como a melhor, por duas razões: a coincidência das eleições presidenciais com as congressuais, fato considerado necessário para garantir maior estabilidade ao futuro governo federal; a seguir, lembram que Quércia terá tempo de "fazer uma boa administração" e entrar diretamente na corrida pela sucessão de Sarney.

Mas esse apoio à permanência de Sarney no Planalto até 1990 é visto como parte de um acordo bilateral. Em troca, os três governadores esperariam atenção especial por parte do governo federal, além de serem ouvidos nas decisões mais importantes. A indicação de Aníbal Teixeira para a Seplan e a possível nomeação de Ralph Biasi para o Ministé-

rio da Indústria e do Comércio seriam os primeiros sinais desse entendimento.

No Palácio dos Bandeirantes, aliás, cresce a expectativa pela escolha de Biasi, que poderá ocorrer amanhã.

O próprio Quércia encarregou-se ontem de mostrar que o projeto dos seis anos só terá sucesso se a economia for revitalizada. "O PMDB está na expectativa de medidas para balizar a economia", avisou o governador, ao comentar o documento do partido em apoio à suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, mas com termos cautelosos quanto à situação interna. Segundo Quércia, a questão externa "soma todo mundo". Os problemas internos, porém, permanecem em suspenso.

CONSTITUINTE

Na Ordem Econômica

por Francisca Stella Fogó
 de Brasília
 (Continuação de 1ª página)

A Comissão da Ordem Econômica tem entre seus integrantes grande número de empresários, entre eles o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria; seu irmão, Antônio Carlos Franco, também empresário. Há diversos representantes do setor imobiliário, como os empresários Paulo Zarzur (PMDB-SP), Gerson Marcondes e José Ulisses. Albano Franco foi eleito segundo vice-presidente da comissão. Hélio Duque (PMDB-PR), da ala progressista, foi eleito primeiro vice-presidente da comissão.

As subcomissões deverão ter os seus presidentes eleitos hoje. O ex-ministro Delfim Netto deverá presidir a subcomissão de princípios gerais e indicar como relator o deputado Virgíldio de Sena (PMDB-BA).

O senador Severo Gomes acredita que, na hipótese de a comissão resistir a incorporar avanços nesse capítulo, as etapas seguintes à elaboração do texto poderão introduzi-los. Da Comissão da Ordem Econômica, o texto passará pelo crivo da Comissão de Sistematização, de composição mais progressista, e pelo plenário, em votação de dois turnos.

Também a eleição do presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamentos e Finanças enfrentou incidentes. Os senadores Divaldo Suruagy (PFL-AL) e o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), acompanhados de grande número de parlamentares das bancadas do Nordeste insistiram no aumento da participação de representantes das regiões Norte e Nordeste. "O Norte e o Nordeste foram sempre marginalizados na distribuição de receitas tributárias", disse Suruagy.

A eleição, porém, consagrou os termos do acordo de lideranças. O deputado Francisco Dornelles, do PFL do Rio de Janeiro, foi eleito presidente da comissão. E, como previa o acordo, indicou o deputado paulista José Serra, do PMDB, para o cargo de relator.

Para esse cargo, porém, deverá ser destinado um gaúcho, o deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), ex-prefeito de Pelotas e presidente da Frente Municipalista do Rio Grande do Sul. Marcada para hoje deverá concorrer à presidência o deputado Benéio Gama, do PFL da Bahia. Pelos entendimentos até agora feitos pelas lideranças partidárias, um paulista, o deputado Fernando Gasparian (PMDB) deverá ser designado para a subcomissão do Sistema Financeiro.

Os nomes das comissões

Os parlamentares que vão comandar os trabalhos das comissões que vão discutir as propostas para o texto da nova Constituição são os seguintes:

• Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: Mario Assad (PFL-MG), presidente; Aécio Neves (PMDB-MG), vice-presidente; José Paulo Bisol (PMDB-RS), relator.

• Comissão de Organização do Estado: José Thomaz Nonó (PFL-AL), presidente; Nabor Júnior (PMDB-AL), 1º vice-presidente; José Maranhão (PMDB-PB), 2º vice-presidente; José Richa (PMDB-PR), relator.

• Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo: Oscar Corrêa (PFL-MG), presidente; Maurício Corrêa (PDT-DF), 1º vice-presidente; Delton Canabrava (PMDB-MG), 2º vice-presidente; Egídio Ferreira Lima (PMDB-RE), relator.

• Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: Jarbas Passarinho (PDS-PA), presidente; Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), 1º vice-presidente; Saulo Queiroz (PFL-MS), 2º vice-

presidente; Prisco Viana (PMDB-BA), relator.

• Comissão do Sistema Tributário, Orçamentos e Finanças: Francisco Dornelles (PFL-RJ), presidente; Osmundo Rebouças (PMDB-CE), 1º vice-presidente; Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-MA), 2º vice-presidente; José Serra (PMDB-SP), relator.

• Comissão da Ordem Econômica: José Lins (PFL-CE), presidente; Hélio Duque (PMDB-PR), 1º vice-presidente; Albano Franco (PMDB-SE), 2º vice-presidente; Severo Gomes (PMDB-SP), relator.

• Comissão da Ordem Social: Edme Tavares (PFL-PB), presidente; Hélio Costa (PMDB-MG), 1º vice-presidente; Adilson Motta (PDS-RS), 2º vice-presidente; relator, sem definição até o fechamento desta edição.

• Comissão da Família, da Educação, Cultura, Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: Marcondes Gadelha (PFL-PB), presidente; José Elias Murad (PTB-MG), 1º vice-presidente; Osvaldo Sobrinho (PMDB-MT), 2º vice-presidente; Arthur da Távola (PMDB-RJ), relator.

Deputados protestam contra suas exclusões

por Zanoni Antunes
 de Brasília

A deputada Beth Azize, do Partido Socialista Brasileiro (PSB-AM), ameaçou ontem renunciar ao seu mandato caso não seja reintegrada à Comissão da Ordem Social, uma das nove comissões encarregadas de elaborar o futuro texto constitucional. O deputado Fernando Santana, do PCB da Bahia, também ficou de fora de uma das comissões. A mesa da Constituinte não soube informar as razões dessas exclusões.

Já o deputado Augusto Carvalho (DF), do Partido Comunista, que também havia sido retirado da Comissão da Ordem Social, conseguiu a reinclusão ao protestar, em plenário, e exigir o seu direito de participação. Augusto Carvalho disse que, além de ser uma tentativa de esmagamento dos pequenos partidos, a sua exclusão representaria também a cassação de seu partido.

Ele lembrou ainda que isso ocorreu durante a Assembleia Constituinte de 1946.

O senador Mário Covas (SP), líder do PMDB na Constituinte, reconheceu que o nome do deputado Augusto Carvalho constava da lista anterior. O deputado Jorge Uequer (PMDB-RS), ao defender o direito do deputado comunista, chegou a propor que a Comissão da Ordem Social não se constituísse enquanto o problema não fosse resolvido. Mas o senador Mário Covas, com a concordância do líder do PFL, José Lourenço (BA), acatou a reivindicação e o deputado voltou a integrar a comissão.

Mas a deputada Beth Azize não teve a mesma sorte do constituinte comunista. Azize foi surpreendida on-

tem à tarde ao verificar a lista de presença da Comissão da Ordem Social a ausência do seu nome. Indignada, a deputada foi para o Plenário da Assembleia Constituinte para protestar e exigir providências da mesa.

Embora o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (SP) tenha prometido tomar providências, a deputada socialista encerrou o dia de ontem sem que acontecesse a sua reintegração à Comissão da Ordem Social.

Em seu pronunciamento, Azize destacou que havia sido eleita para participar da elaboração de uma Constituição e que ao ficar de fora dos trabalhos preferia renunciar ao mandato. "Fui eleita pelo povo para participar da Constituinte, portanto, não posso enganá-lo", afirmou a deputada.

O deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) aproveitou a instalação da Comissão III — Organização dos Poderes e Sistema de Governo — para fazer seu protesto contra o que chamou de desatenção e falta de respeito aos constituintes do PMDB.

O deputado disse que até o momento não tinha comissão, onde legalmente e obrigatoriamente tem de estar, estranhando que a liderança do seu partido ainda não tivesse localizado o mesmo, bem como cerca de seis parlamentares do Rio de Janeiro, relatou a EBN.

Jorge Leite disse que não queria causar problemas para o PMDB e suas lideranças, mas que não podia ficar sem uma definição. Recordou haver aberto mão de sua condição de membro da Comissão II, quase por imposição partidária, mas exigiu definição imediata.